



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 05/2026**

## **1. PREÂMBULO**

1.1. Torna-se público que o Fundo Municipal de Assistência Social de General Maynard, por meio da sua Secretária, realizará Dispensa de Licitação Eletrônica para contratação do objeto especificado a seguir, com escoras no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, e Instrução Normativa 67, de 8 de julho de 2021.

**Local da sessão:** LICITANET (<https://www.licitanet.com.br>)

**Período para envio de propostas:** (de 29/05/2026 às 8h até 03/06/2026 às 7:59h)

**Período da etapa de lances:** (de 03/06/2026 às 8h até 03/06/2026 às 14h)

## **2. OBJETO**

2.1. Contratação de empresa especializada para Aquisição de utensílios domésticos de cozinha destinados ao atendimento das atividades desenvolvidas pelos programas, projetos e serviços da Rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no município de General Maynard/SE.

2.2. A contratação visa atender às necessidades da Secretária Municipal de Assistência Social de General Maynard, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

2.3. A contratação será dividida em itens, conforme descrito no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

2.4. A licitação será EXCLUSIVA PARA AS MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), em atendimento aos incisos I e III da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, e assim comprovadas mediante apresentação, de certidão expedida, no ano em curso, pela respectiva Junta Comercial, na forma do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC ou registro no MEI (Microempreendedor Individual);

## **3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA**

3.1. A participação na presente dispensa de licitação eletrônica se dará através do sistema LICITANET, disponível no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br>.

3.1.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão ou entidade promotora do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.1.2. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço <https://www.licitanet.com.br/dispensa>, para acesso ao sistema e operacionalização.

3.2. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Aviso e seus anexos, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação.

3.2.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, as empresas de pequeno porte, os microempreendedores individuais e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

3.3. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas contratações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual:

- (a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- (b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- (c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3º da referida lei;
- (d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3º referida lei;
- (e) Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n
- (f) º 123/2006;
- (g) Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- (h) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- (i) Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- (j) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- (k) Constituída sob a forma de sociedade por ações;
- (l) Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.4. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

3.4.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.4.2. Que estejam cumprindo a penalidade de impedimento de licitar e contratar imposta por órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta do Município de General Maynard, ou penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública imposta por qualquer ente federativo;

3.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.4. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

- (a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- (b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- (c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- (d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- (e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- (f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4.4.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.4.4.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” do item 3.4.4 também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3.4.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.4.6. Constituídos sob a forma de consórcio, em razão da baixa complexidade da contratação;

**4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação deste Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica indicado nos itens 1.1 e 3.1 deste Aviso, a proposta com a descrição do objeto ofertado, observando-se as exigências constantes no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.2.1. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas neste Aviso e seus anexos, inclusive quanto a especificações do objeto. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**4.2.2. Após o envio da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo órgão ou ente contratante.**

4.2.3. A proposta de preços encaminhada deverá conter a(s) seguinte(s) declaração(ões):



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

4.2.3.1. o fornecedor que estiver enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou cooperativa, declaração de que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, de modo que não está impossibilitado de usufruir dos benefícios constantes nos arts. 42 a 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o fornecedor.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta ou na planilha de custos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, se for o caso, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## **5. DO PROCEDIMENTO DE DISPUTA**

5.1. A partir das 08:00 horas da data estabelecida no item 1.1 deste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

## **6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

6.2.1. Nesse caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

6.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada ao último lance ou ao valor negociado e, se necessário, de documentos complementares.

6.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.4.1. Contiver vícios insanáveis;

6.4.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas deste Aviso ou de seus anexos;

6.4.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus anexos, desde que insanável;

6.4.6. Identificar o fornecedor nos campos do sistema que sejam de acesso público antes do encerramento da sessão de disputa de lances, por violar o sigilo das propostas.

6.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.5.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a uma parcela ou à totalidade da remuneração.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

6.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.6.1. O prazo para atendimento à diligência será de até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da notificação pelo agente público.

6.6.2. Eventual pedido de dilação de prazo deve ser devidamente formalizado com a justificativa correspondente e encaminhado antes de expirado o prazo inicial, o qual será analisado pela Administração quanto à aceitabilidade ou não da justificativa apresentada.

6.6.3. Tanto em caso de deferimento quanto em caso de negativa do pedido, o agente público responsável deverá encaminhar manifestação formal ao fornecedor.

6.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

6.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.9. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **7. HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista constam no **ANEXO I** deste Aviso, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- (a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- (b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/cnep](http://www.portaldatransparencia.gov.br/cnep));

- (c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- (d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- (e) Relatório de Pessoas Físicas e Jurídicas Proibidas de Contratar com o Poder Público do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe - TCE/SE.

7.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

7.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Cadastro do Fornecedor no Sistema de Dispensa Eletrônica (<https://www.licitanet.com.br/fornecedor>), nos documentos por ele abrangidos.

**7.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do seu cadastro no Sistema de Dispensa Eletrônica para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.**

7.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas, conforme estatui o artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

7.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital através do Sistema de Dispensa Eletrônica ou do endereço eletrônico [licitacao@GeneralMaynard.se.gov.br](mailto:licitacao@GeneralMaynard.se.gov.br), no prazo de 03 (três) horas, após solicitação da Administração, sob pena de



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

inabilitação.

7.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado: (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal; e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

7.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada através do sistema a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ressalvado o disposto no item 7.3.2, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.8.2. No caso de inabilitação, para as dispensas destinadas à ampla participação dos interessados, haverá nova verificação de eventual ocorrência do empate ficto previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **8. DA CONTRATAÇÃO**

8.1. É DISPENSÁVEL o Termo de Contrato e facultada à substituição por carta - contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de fornecimento ou outros instrumentos hábeis, na forma do artigo 95, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

## **9. SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

9.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa de licitação ou a execução do contrato;

9.1.9. Fraudar a dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

9.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- (a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- (b) Multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s)



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12, consoante gradação discriminada no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**;

- (c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de General Maynard, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- (d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, isenta o fornecedor da obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente,



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou processo administrativo de responsabilização.

9.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

## **10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O procedimento será divulgado no Sistema de Dispensa Eletrônica (<https://www.licitanet.com.br>), no Portal da Prefeitura Municipal de General Maynard ([www.GeneralMaynard.se.gov.br](http://www.GeneralMaynard.se.gov.br)), no Diário Oficial desta Casa Legislativa e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>).

10.2. A presente Dispensa Eletrônica de Licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Fundo Municipal de Assistência Social de General Maynard revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da dispensa.

10.3. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.3.1. Republicar o presente Aviso com uma nova data;

10.3.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.3.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

deste procedimento.

10.3.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.4. As providências dos subitens 10.3.1 e 10.3.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.7. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente público responsável da Administração na respectiva notificação.

10.8 - Da contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes na Controladoria-Geral do Município.

10.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.10. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.11. É facultada ao agente público ou à autoridade superior da Controladoria-Geral do Município, em qualquer fase da dispensa, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

10.12. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.13. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.14. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.15. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.16. Os casos omissos serão decididos pelo agente público em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Leis citados no preâmbulo deste Aviso.

10.17. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.17.1. ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO;

10.17.2. ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.

General Myanard/ SE, 27 de maio de 2026

Stella Pereira dos Santos e Silva  
Agente da Contratação



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD**

**ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

- 1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sede da matriz;
- 1.7. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no país: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;
- 1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.767/1971.
- 1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880/2021;
- 1.10. Produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);
- 1.12. Os documentos de habilitação jurídica elencados deverão estar acompanhados de todas as alterações que tenham sido realizadas e registradas perante o órgão competente, ou apresentar a última alteração realizada e registrada, desde que traga em seu bojo a





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL MAYNARD**

consolidação da versão final do ato constitutivo.

**2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF);

2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Distrital/Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, visto que tais informações já constam no Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI a que se refere o item 1.3.

2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Distrital/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

2.8. Prova de regularidade com a Fazenda do Município Sede do Fornecedor.

2.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais/municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD**

2.10. Caso o fornecedor detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa equiparada deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**2.11. Qualificação econômico -financeira:**

2.11.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor até 90 (noventa) dias antes da data de abertura da sessão;

**2.12. Qualificação Técnica**

5.6.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, através de no mínimo **01 atestado ou certidão de capacidade técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado **comprovando a capacidade técnico-operacional** com características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a dos serviços descritos no TERMO DE REFERÊNCIA.

5.6.1.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

5.6.1.2. O fornecedor disponibilizará, caso solicitado pelo agente público, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, encaminhando, dentre outros documentos, cópia do contrato que lastreou a contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto.

5.6.1.2 Certificado de registro perante o Ministério do Turismo;

5.6.1.3 Comprovação de credenciamento junto a, no mínimo, uma companhia aérea regular, admitida atuação como agência consolidada.

**Declarações gerais**

6.2.1.2.9 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.1.2.10 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.1.2.11 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

6.2.1.2.12 Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de General Maynard/SE (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);

6.2.1.2.13 Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;

6.2.1.2.14 Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.1.2.15 Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

General Maynard/SE, 27 de maio de 2026

Stella Pereira dos Santos e Silva  
Agente da Contratação



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD**  
**ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 05/2026**

**1. OBJETO**

Aquisição de utensílios domésticos de cozinha destinados ao atendimento das atividades desenvolvidas pelos programas, projetos e serviços da Rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no município de General Maynard/SE.

- O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo.
- Natureza do objeto: Comum
- Critério de julgamento: Menor preço;
- O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- Modo de disputa: Aberto

**1.1 DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação será realizada mediante procedimento de dispensa de licitação, na forma do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão do valor da contratação, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.

Considerando a utilização de recursos federais vinculados ao Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, será adotado procedimento competitivo com disputa eletrônica por lances, visando ampliar a competitividade, transparência, economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O procedimento observará, subsidiariamente:

- Lei nº 14.133/2021;
- IN SEGES/ME nº 67/2021;
- normas do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- regras locais aplicáveis às contratações diretas eletrônicas.

**1.2 DO PROCEDIMENTO DE DISPENSA ELETRÔNICA**

A contratação será realizada por meio de Dispensa Eletrônica com disputa por lances, em ambiente eletrônico oficial utilizado pelo Município, observando-se os princípios da transparência, competitividade, eficiência e economicidade. O procedimento obedecerá às seguintes etapas:

I – divulgação do aviso de contratação direta no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sítio eletrônico oficial;

II – prazo mínimo de 03 (três) dias úteis para apresentação de propostas, conforme art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/2021;

III – recebimento das propostas iniciais exclusivamente por meio eletrônico;

IV – abertura da sessão pública eletrônica para apresentação de lances sucessivos;

V – adoção do modo de disputa aberto;

VI – classificação provisória das propostas pelo critério de menor preço por item;

VII – fase de negociação, quando cabível;

VIII – análise da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar;

IX – verificação da habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica;

X – adjudicação e posterior autorização da contratação pela autoridade competente.

Durante a fase competitiva:

- a) os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e inferiores ao último lance ofertado;
- b) somente serão aceitos lances com redução mínima definida no aviso de contratação;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**

c) o sistema eletrônico registrará data, horário e valor dos lances;

d) será considerado vencedor o fornecedor que apresentar a proposta mais vantajosa e atender integralmente às exigências de habilitação e especificações técnicas.

Encerrada a fase de lances, a Administração poderá realizar diligências para verificação da exequibilidade da proposta, compatibilidade de preços e atendimento das especificações técnicas.

### **1.3 DA JUSTIFICATIVA DE NÃO ELABORAÇÃO DO ESTUDO TECNICO PRELIMINAR**

#### **1.3.1 Fundamentação Legal**

Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar constitui documento que evidencia o problema a ser resolvido e a melhor solução técnica e econômica.

Entretanto, a própria sistemática da Lei permite racionalização do planejamento quando:

- O objeto é comum;
- A solução é padronizada;
- Não há complexidade técnica;
- Não há alternativas tecnológicas relevantes a serem comparadas;
- A contratação é simples e recorrente.

O art. 72 da Lei nº 14.133/2021, ao tratar da instrução processual, exige planejamento compatível com a complexidade do objeto.

##### **1.3.1.2 Caracterização do Objeto**

A presente contratação refere-se à: Aquisição de utensílios domésticos de cozinha destinados ao atendimento das atividades desenvolvidas pelos programas, projetos e serviços da Rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Trata-se de:

- Bem comum;
- Objeto padronizado;
- Especificações usuais de mercado;
- Fornecimento imediato;
- Baixa complexidade técnica;
- Sem necessidade de desenvolvimento de solução alternativa.

##### **1.3.1.3. Inexistência de Alternativas Técnicas**

A solução adotada consiste na aquisição direta de materiais de utensílios domésticos em quantitativos previamente definidos, conforme especificações padronizadas de mercado, não havendo necessidade de avaliação comparativa entre soluções tecnológicas ou estudos complementares de engenharia.

##### **1.3.1.4. Planejamento já Formalizado no DFD**

O Documento de Formalização da Demanda já apresenta:

- Justificativa da necessidade;
- Quantitativos;
- Fundamentação legal;
- Indicação orçamentária;
- Análise preliminar de riscos.

Dessa forma, o DFD cumpre a função essencial de planejamento compatível com a simplicidade do objeto.

## **2 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Assistência Social de General Maynard identifica a necessidade de aprimoramento da



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD**

estrutura de apoio das unidades que compõem a Rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no município, notadamente o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), a Gestão e demais ações socioassistenciais desenvolvidas no âmbito municipal.

Atualmente, parte dos utensílios de cozinha disponíveis encontra-se insuficiente, desgastada pelo uso contínuo ou inadequada para atender de forma satisfatória às atividades realizadas com os usuários dos serviços socioassistenciais, especialmente aquelas que envolvem preparo, organização, conservação e distribuição de alimentos, cafés, lanches e refeições simples em encontros, oficinas e ações coletivas.

A aquisição de utensílios domésticos de cozinha visa garantir melhores condições de execução das atividades desenvolvidas pelas equipes, assegurar apoio adequado às ações coletivas com os usuários e fortalecer a estrutura necessária ao funcionamento dos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

A iniciativa contribui diretamente para a qualificação da oferta dos serviços socioassistenciais, para o fortalecimento das atividades de convivência e para a melhoria das condições de acolhimento e atendimento aos usuários, garantindo maior organização, funcionalidade e eficiência na execução da política pública de assistência social no município.

### **3 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- a. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Termo de Referência, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação.

### **4 DESCRIÇÃO DA AQUISIÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	Vlr Unt	Vlr total
1	Garrafa térmica para café com capacidade de 2 litros, ampola interna térmica, tampa rosqueável ou de pressão, material resistente para uso institucional.	UND	4	69,26	277,04
2	Panela industrial nº 40 com tampa, capacidade de 23 litros, fabricada em alumínio reforçado, com alças laterais resistentes.	UND	2	234,82	469,64
3	Panela industrial nº 36 com tampa, capacidade de 16 litros, fabricada em alumínio reforçado, com alças laterais resistentes.	UND	2	222,05	444,10
4	Panela de pressão com capacidade de 7 litros, fabricada em alumínio reforçado, com válvula de segurança e fechamento seguro.	UND	2	173,19	346,38
5	Travessa Refratária de Vidro Redonda 2850ml	UND	12	51,33	615,96
6	Cuscuzeira com tampa, capacidade de 16 litros, fabricada em alumínio resistente.	UND	3	77,20	231,60
7	Bandeja em Aço Inox Oval Rasa Profissional 50cm	UND	4	82,92	331,68
8	Assadeira retangular nº 40, dimensões aproximadas 40,5 x 29 cm, fabricada em alumínio resistente.	UND	3	40,75	122,25
9	Assadeira Retangular Funda ,Dura+ Polida 37cm, Alumínio Resistente, Alta Durabilidade, Bordas Laterais para Mais Praticidade e Livre de PFOA	UND	3	147,75	443,25



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD**

10	Assadeira Alta 44x29cm Grande (Bolo/Lasanha) Alumínio Nº5	UND	3	56,89	170,67
11	Jarra para suco com tampa, capacidade aproximada de 2 litros, fabricada em vidro resistente.	UND	4	39,40	157,60
12	Prato Fundo 22,2cm MEDIDAS APROXIMADAS:PESO: 0.365G, DIAMETRO: 22,2CM, ALTURA: 3,2CM	UND	30	7,84	235,20
13	Faqueiro em Aço Inox 24 Peças	UND	3	65,23	195,69
14	Faca de cozinha grande para corte, lâmina em aço inox, cabo ergonômico Nº 6	UND	3	18,08	54,24
15	Faca de cozinha pequena para corte, lâmina em aço inox, cabo ergonômico. Faca para Legumes,Nº3	UND	3	7,16	21,48
16	Escorredor Polido Montado 12 Pratos c/ Porta Talher – MEDIDAS APROXIMADAS ESCORREDOR: Peso: 1,140 kg, Comprimento: 31 cm, Largura: 26 cm, Altura: 29,5 cm, Espessura: 2mm, Material: Aço Inox.	UND	2	133,06	266,12
17	Tábua de Corte, Profissional, Tabua de Carne, Tábuas de Cortar, Polietileno, Plástica, Cozinha, Carnes, Vegetais, Frutas, Antiodor, Antibacteriana. DIMENSÕES DO PRODUTO : 37C x 23L x 1Espessura centímetros	UND	2	35,63	71,26

- Os materiais fornecidos deverão observar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental, durabilidade, redução de impactos ambientais, utilização de materiais recicláveis e atendimento às normas técnicas aplicáveis.
- As especificações técnicas constantes neste Termo de Referência possuem caráter meramente referencial, admitindo-se produtos equivalentes ou superiores, desde que atendidas integralmente as funcionalidades, desempenho e características mínimas exigidas

## **5 DO PARCELAMENTO**

O julgamento será realizado por item, considerando a natureza divisível do objeto e a ausência de prejuízo ao conjunto da contratação, permitindo maior competitividade, ampliação da participação de microempresas e empresas de pequeno porte e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021.

## **6. CRITERIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **6.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**6.1.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Compra Direta, na modalidade Dispensa, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

**6.1.2.1** Serão desclassificadas as propostas que:

- I – contiverem vícios insanáveis;
- II – não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Termo de Referência;
- III – apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do valor estimado para a contratação;
- IV – não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V – apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD**

insanáveis.

6.1.2.2 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas, bem como solicitar documentos complementares necessários à comprovação da capacidade de fornecimento do licitante.

6.1.2.3 Consideram-se inexequíveis as propostas que apresentem preços incompatíveis com os valores de mercado, insuficientes para cobertura dos custos da contratação ou que possam comprometer a adequada execução do objeto.

**6.1.3 DO TRATAMENTO FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

6.1.3.1 Aplicam-se à presente contratação as disposições previstas na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado destinado às microempresas e empresas de pequeno porte.

6.1.3.2 Será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o direito de preferência na contratação, observadas as hipóteses de empate ficto, nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.1.3.3 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que esta apresente alguma restrição.

6.1.3.4 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização da documentação, nos termos da legislação vigente.

**6.2 Exigências de habilitação**

**6.2.1** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**6.2.1.1 Habilitação jurídica**

**a) Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**b) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**c) Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

**d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**e) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**f) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**h) Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**6.2.1.1.1** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**6.2.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**6.2.1.2.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**

caso;

**6.2.1.2.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**6.2.1.2.3** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**6.2.1.2.4** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**6.2.1.2.5** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**6.2.1.2.6** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**6.2.1.2.7** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**6.2.1.2.8** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**6.2.1.2.9** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**6.2.1.2.10** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**6.2.1.2.11** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**6.2.1.2.12** Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de General Maynard/SE (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);

**6.2.1.2.13** Não possui sócio ou administrador enquadrado nas hipóteses de impedimento previstas nos arts. 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021.;

**6.2.1.2.14** Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**6.2.1.2.15** Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

### **6.3.1.1 Qualificação Econômico-Financeira**

**6.3.1.3.1** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD**

**7. DA CONTRATAÇÃO**

- a. Nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, o instrumento contratual poderá ser substituído por nota de empenho, autorização de compra, ordem de fornecimento ou outro instrumento hábil, considerando a natureza e o baixo valor da contratação.

**8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- a. O licitante ou contratado que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas editalícias ou contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos nos contratos ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, nos termos deste Decreto, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega de bem ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - Multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta em caso de recusa do licitante ou futuro contratado em assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - Multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- c) tumultuar a sessão pública da licitação;
- d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

**9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- a. Efetuar o pagamento à Contratada nas condições e preços pactuados;
- b. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa entregar o objeto;
- c. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor
- d. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do(s) bem(ns) recebido(s) provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- e. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou irregularidades observadas;
- f. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos fornecidos em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021;
- g. Notificar por escrito o preposto da Contratada da não aceitação do objeto, se for o caso, para que seja substituído, reparado ou corrigido, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e eventual rescisão contratual;

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1 Efetuar a entrega dos produtos, de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações constantes neste Termo de Referência;

10.2. Arcar com as despesas para a entrega do objeto no local indicado, após a contratação;

10.3. Informar nas embalagens de transporte dos produtos, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, os seguintes dados: n.º e data do contrato ou instrumento equivalente e o nome do fornecedor;

10.4. Corrigir, remover ou substituir, obrigatoriamente e às suas expensas, qualquer produto em que se verificarem vícios, defeitos ou desconformidades, no mesmo prazo definido para entrega ou em prazo específico, caso tenha sido definido em cláusula própria deste Termo de Referência ou pelo fiscal do contrato;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**

- 10.5. Manter seus empregados, quando nas dependências da Contratante, devidamente identificados com crachá subscrito pela Contratada;
- 10.6 Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 10.7. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como outras normas específicas, para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 10.8. Designar formalmente o preposto da empresa para atuar junto à Contratante durante a execução contratual;
- 10.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, bem como dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto desta contratação;
- 10.10. Dispor -se a toda e qualquer fiscalização da Contratante, no tocante ao fornecimento do objeto;
- 10.11. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para o recebimento de correspondência;
- 10.12. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, observado o disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, servindo como base de cálculo para as alterações os preços unitários constantes na proposta vencedora;
- 10.13. Indenizar terceiros, bem como a Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 10.14. Responsabilizar -se por quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Contratada pela Contratante, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato;
- 10.15. Autorizar a Contratante a descontar o valor correspondente a danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, ou da garantia contratual, se houver, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa;
- 10.16. Comunicar imediatamente à Contratante a ocorrência de associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, para conhecimento e adoção das providências necessárias, inclusive quanto à análise de viabilidade de manutenção da relação contratual;
- 10.17. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência;

## **11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Entrega e critérios de aceitação do Objeto**

- 11.1.1. Prazo de entrega: será de até 10 (dez) dias úteis , contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, na Praça da Matriz, s/n, Centro, das 09:00 às 12:00 horas, não se responsabilizando por entregas fora deste prazo, correndo por conta da Contratada todas as despesas, bem como, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem no fornecimento. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher, no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura do servidor da área competente do Município de General Maynard, responsável pelo recebimento
- 11.1.1.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante solicitação formal do fornecedor, desde que devidamente justificado e aceito pelo órgão contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e de força maior.
- 11.1.2. A entrega dos itens no local indicado pela Contratante é de responsabilidade da Contratada, devendo possuir pessoal habilitado para executar a logística necessária.
- 11.2 Os bens deverão ser entregues na Sede da(o) Prefeitura Municipal de General Maynard ou em outro local informado na Ordem de Fornecimento.
- 11.3 Não será admitida subcontratação do objeto, considerando tratar-se de fornecimento direto de bens comuns padronizados, cuja execução deverá ocorrer sob integral responsabilidade da contratada.
- 11.4 O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos produtos, mediante conferência quantitativa.
- 11.5 O recebimento definitivo ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após a verificação da conformidade dos materiais com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**

11.5.1 Os materiais fornecidos serão considerados aceitos definitivamente somente após verificação do atendimento integral às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, observando-se, no mínimo:

- I – compatibilidade entre o produto entregue e a especificação do item contratado;
- II – integridade física dos materiais e embalagens;
- III – ausência de avarias, deformidades, ferrugem, trincas ou defeitos de fabricação;
- IV – conformidade quanto às dimensões aproximadas, capacidade, composição e características mínimas exigidas;
- V – adequação do material ao uso institucional pretendido;
- VI – fornecimento de produtos novos, sem uso anterior;
- VII – observância dos padrões mínimos de qualidade normalmente praticados no mercado.

11.6 Constatadas irregularidades, a contratada será notificada para substituição dos itens no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para a Administração.

## **12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- a. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial
- b. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- c. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados
- d. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- e. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados
- f. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- g. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- h. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.
- i. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- j. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## **13. DO PAGAMENTO E EQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO**

### **13.1 DO PAGAMENTO**

13.1.1 Deverá ser realizado o pagamento por meio de crédito em conta bancária de titularidade da Contratada, no prazo de até 30 dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente certificada pelo fiscal do contrato, responsável pelo recebimento do objeto.

13.1.2. O aceite da execução do objeto será feito mediante o devido atesto da Nota Fiscal ou Fatura, correspondendo tão somente ao objeto contratado e efetivamente recebido.

13.1.3. Para fins de verificação da manutenção dos critérios de habilitação, o(a) contratado(a) deverá, na forma do inciso XVI do artigo 92 da Lei nº. 14.133/2021, apresentar, junto ao documento de cobrança, prova de regularidade perante o FGTS – CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio do contratado, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**

13.1.3.1. Na hipótese de restar configurada a ausência de algum dos documentos exigidos ou que a empresa não está regular perante um ou mais dos órgãos elencados no item 13.1.3, o ente contratante deve dar continuidade aos trâmites relativos ao pagamento pelos fornecimentos já regularmente executados e, concomitantemente, notificar a Contratada para que apresente o(s) documento(s) ausente(s) ou adote as providências necessárias à sua regularização fiscal e trabalhista junto aos órgãos competentes, conforme o caso, concedendo -lhe prazo específico para fazê -lo.

13.1.3.2. Uma vez constatada a irregularidade, a emissão de novas ordens de fornecimento deve ser suspensa até que seja comprovada pela Contratada a sua regularidade fiscal e trabalhista, na forma do item 13.1.3

13.1.3.3. Se, transcorrido o prazo concedido sem que a Contratada tenha apresentado o documento faltante ou a comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, o ente contratante deve adotar as providências cabíveis relativas à rescisão contratual com espeque no inciso I do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.4. Não haverá pagamento antecipado.

13.1.5. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

13.1.5.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.2. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO -FINANCEIRO

13.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no período de um ano contado da data do orçamento estimado, realizado em 14/05/2026.

#### **14. DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO**

Valor estimado da contratação é de **R\$ 4.454,16** (QUATRO MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS)

#### **15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA.**

15.1. As despesas com o pagamento do referido objeto correrão à conta de recursos consignados no Orçamento do Município de General Maynard/SE, atendido pela dotação orçamentária abaixo especificada:

**UNIDADE: 16028 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**ATIVIDADE: 4012 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30 - Material de Consumo**

**FONTE: 1500000 - RECURSO PRÓPRIO**

**UNIDADE: 16028 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**ATIVIDADE: 4008 - COFINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO BÁSICA**

**ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30 - Material de Consumo**

**FONTES: 16610000 - COFINANCIAMENTO ESTADUAL**

**16600000 - COFINANCIAMENTO FEDERAL**

#### **16. DA GESTÃO DE RISCOS**

Foram identificados como principais riscos da contratação:

I – Atraso na entrega dos materiais;

II – Fornecimento de produtos em desacordo com as especificações;

III – Entrega de materiais de baixa qualidade;

IV – Descumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas.

Medidas mitigadoras:

a) Fiscalização contratual;

b) Conferência técnica dos produtos;

c) Aplicação de penalidades;

d) Exigência de regularidade fiscal durante a execução contratual.

#### **17. DOS CASOS OMISSOS**



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICIPIO DE GENERAL MAYNARD**

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

General Maynard/SE, 14 de maio de 2026.

**ANESIA ROCHA AMORIM SOUZA – MAT: 000774**  
DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL

**TALITTA ALMEIDA DE SANTANA – CPF: 048.616.975-81**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

**MYRIANNE MELO COSTA MENEZES**  
Secretária Municipal de Assistência Social, Inclusão, Cidadania e Trabalho  
Decreto nº: 129/2025